

Sumário

DOCTRINA

ARTIGOS

O preço mínimo na licitação como indicativo de conduta anticoncorrencial		
André Leonardo Meerholz		9
1	A necessária interação entre os fins da licitação	9
2	Uma leitura ampla dos objetivos da licitação	10
3	O preço mínimo nas licitações	14
4	Delimitação do preço predatório	16
5	Aproximações e limites entre preço mínimo e preço predatório	20
6	Considerações finais	23
Referências		24

Levar a sério o jurídico-formal também na regulação administrativa de fins sanitários?

Carlos Ari Sundfeld		27
1	Introdução	27
2	A reserva legal para a instituição de autorizações sobre atividades econômicas	28
3	A hipótese de exigência, por norma administrativa sanitária, de autorização não prevista em lei	29
4	A hipótese de proibição, pela autoridade administrativa, de mensagens internas à embalagem de cigarros	31
5	Conclusão	40

Licitação e contratação de serviços técnicos especializados: a aplicação da tradição norte-americana da *Law & Economics* ao Direito Administrativo pátrio

Carolina Leister		43
1	Introdução: a incorporação da tradição norte-americana da <i>Law & Economics</i> ao Direito Administrativo brasileiro	44
1.1	O argumento de que o Estado oferta, prioritariamente, bens e serviços homogêneos como decorrência dos princípios da igualdade e universalização do serviço público	44
2	A tese a ser defendida no artigo	47
2.1	A tese de que a concorrência e a competição são objetivos a serem buscados na licitação e contratação no âmbito da Administração Pública	47
3	Serviços técnicos profissionais especializados	51
3.1	Serviços técnicos profissionais especializados não singulares	51
3.2	Serviços técnicos profissionais especializados singulares	53
4	Conclusão	56
Referências		57

Os acordos substitutivos no Direito Administrativo. Negócio jurídico privado, contrato de direito público ou ato administrativo bilateral?

David Pereira Cardoso	59
1 Introdução.....	59
2 Em que medida as classificações jurídicas são importantes.....	60
3 O objeto de estudo.....	61
3.1 A abertura consensual no direito público.....	61
3.2 Os acordos que envolvem a negociação do exercício da autoridade administrativa.....	64
4 Do regime jurídico aplicável.....	67
4.1 A negociação do exercício da autoridade administrativa como negócio jurídico de direito privado.....	68
4.2 A negociação do exercício da autoridade administrativa como contrato administrativo ...	70
4.3 A negociação do exercício da autoridade administrativa como ato administrativo bilateral.....	72
5 Conclusão.....	74
Referências.....	76

Limites da atuação do acionista controlador nas empresas estatais: entre a busca do resultado econômico e a consagração das suas finalidades públicas

Floriano de Azevedo Marques Neto, Marina Fontão Zago	79
1 Introdução: o embate entre finalidades públicas e busca do lucro nas empresas estatais.....	79
2 A criação de entes empresariais pelo Estado.....	80
2.1 A escolha da forma empresarial para a satisfação de "interesse público relevante".....	81
2.2 Os interesses envolvidos na criação de empresa estatal.....	83
3 Administração central e empresa estatal: o controle que advém do acionista controlador.....	85
4 O acionista controlador nas empresas estatais: balizas de atuação.....	87
5 Conclusões: as balizas para a atuação do acionista controlador nas empresas estatais.....	92

Balanco e perspectivas da regulação econômica em Portugal

Lino Torgal, Maria Manuel Simões	95
I Introdução: do intervencionismo à regulação.....	95
a) Generalidades.....	95
b) Razão de ordem.....	102
II O modelo regulatório português: reformas recentes e estágio atual.....	102
a) Antecedentes, qualificação, ideias-força.....	102
b) Caracterização dos reguladores e dimensões da sua independência.....	104
c) Reforço de <i>accountability</i> e transparência.....	108
d) Principais poderes das entidades reguladoras.....	109
e) Vias de regulação alternativa e de participação dos entes regulados.....	112
III A regulação econômica no setor bancário: traços essenciais de um caso paradigmático e atual.....	113
a) Enquadramento e caracterização geral do setor bancário.....	113
IV Balanco e perspectivas.....	121

Tecnologias regulatórias piramidais: *responsive regulation* e *smart regulation*

Natália de Almeida Moreno	125
1 Introdução.....	125
2 O cenário contemporâneo.....	127

3	As tecnologias regulatórias piramidais	133
3.1	<i>Responsive regulation</i>	134
3.2	<i>Smart regulation</i>	142
4	Análise crítica	152
5	Conclusão	157

Agências reguladoras, diálogos institucionais e controle

Rafael Carvalho Rezende Oliveira	159
1 Introdução	159
2 A virada institucional: capacidades e diálogos institucionais.....	160
3 O diálogo institucional nas agências reguladoras brasileiras.....	167
4 Agências reguladoras e o Poder Executivo	170
4.1 Instituição das agências reguladoras, regime jurídico e controle do Executivo	170
4.2 Nomeação dos dirigentes, estabilidade, duração dos mandatos e interferências	171
4.3 Contratos de gestão.....	173
4.4 Recurso hierárquico impróprio	175
4.5 Diálogo inter-regulatório e o papel do Executivo	177
5 Agências reguladoras e o Poder Legislativo	179
5.1 Instituição das agências reguladoras, regime jurídico e controle do Legislativo.....	179
5.2 Nomeação dos dirigentes e prestação de contas.....	179
5.3 Autonomia financeira <i>versus</i> dependência orçamentária.....	180
5.4 Diálogo com os Tribunais de Contas.....	181
6 Agências reguladoras e o Poder Judiciário	183
7 Conclusão	188

Limites ao exercício da função de polícia administrativa pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

Rafael Vêras de Freitas		191
	Introdução	191
1	Um breve e necessário relato da assimetria regulatória no setor elétrico	192
2	As características da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)	196
3	Os limites ao exercício da função de polícia administrativa no âmbito da autorregulação delegada	198
	Conclusões	203
	Referências	203

Equilíbrio econômico-financeiro e Taxa Interna de Retorno (TIR) nas parcerias público-privadas

Sérgio Guerra		205
1	As PPPs como espécie do gênero "concessão"	207
2	O equilíbrio econômico-financeiro nas PPPs	209
3	A Taxa Interna de Retorno nas PPPs sob a ótica normativa	212
4	A Taxa Interna de Retorno nas PPPs sob a ótica dos órgãos de controle	214
5	Conclusões	220
	Referências	221

O regime diferenciado de contratações: um caso de *Institutional Bypass*?

Yasser Reis Gabriel.....		223
1	Introdução.....	223
2	Definindo <i>institutional bypass</i>	226
2.1	Conceituando.....	226

2.2	As vantagens da adoção do <i>institutional bypass</i>	227
2.3	Os possíveis resultados do <i>institutional bypass</i>	228
2.4	Não há desvantagem no <i>institutional bypass</i> ?.....	229
2.5	Conclusões parciais	230
3	O que se passa no mundo das contratações públicas no Brasil: da Lei de Licitações e do RDC.....	230
3.1	A Lei de Licitações, o seu paradigma e a Administração Pública: uma relação Insuficiente?.....	230
3.2	O RDC no campo das contratações públicas	233
3.3	Principais vantagens do RDC.....	235
3.4	Quem não gosta do RDC?.....	237
3.5	Conclusões parciais	238
4	Afinal, seria o RDC um caso de <i>institutional bypass</i> ?.....	239
4.1	Notas metodológicas.....	239
4.2	O RDC, o conceito de instituição e o <i>bypass</i>	239
4.3	O RDC se encaixa na teoria do <i>institutional bypass</i> ?.....	240
4.4	Qual deverá ser o futuro do RDC e da Lei de Licitações?.....	241
4.5	Essa constatação para quê?	243
4.6	Uma última análise: seria o RDC a panaceia dos problemas nas contratações públicas?	244
5	Conclusões	245
	Referências	246
	Instruções para os autores	247